

ISSN 2236-0859

# DIREITO & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CORRELAÇÃO ENTRE O ACESSO À INTERNET E O  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: BIOPOLÍTICA A SERVIÇO  
DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

JEFFERSON APARECIDO DIAS  
GILBERT DE ANUNCIÇÃO LUZ  
EDUARDO FEDERIGHI BAISI CHAGAS

# CORRELAÇÃO ENTRE O ACESSO À INTERNET E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: BIOPOLÍTICA A SERVIÇO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

## CORRELATION BETWEEN ACCESS TO THE INTERNET AND SOCIAL DEVELOPMENT: BIOPOLITICS AT THE SERVICE OF REDUCING SOCIAL INEQUALITIES

Recebido: 18/06/2021  
Aprovado: 17/07/2022

Jefferson Aparecido Dias<sup>1</sup>  
Gilbert de Anuniação Luz<sup>2</sup>  
Eduardo Federighi Baisi Chagas<sup>3</sup>

### RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é analisar a correlação existente entre o acesso à internet e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A partir das lições de biopoder e biopolítica de Michel Foucault e Antonio Negri, o artigo discorre sobre a adoção de mecanismos de controle para a ação de controlar a vida e para a reação da vida em retomar o seu protagonismo, visando o desenvolvimento de suas potencialidades. Esses conceitos são focados no contexto atual, no qual as novas tecnologias fazem do mundo virtual um novo campo de ocorrência e desenvolvimento das relações sociais. Por fim, a partir de estudo observacional e transversal, fundado em pesquisa documental e bibliográfica, e utilizando-se do método dedutivo, foi demonstrada a correlação positiva entre o acesso à internet e o incremento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

**Palavras-chave:** Biopoder. Mecanismos de controle. IDHM. Relações sociais. Novas Tecnologias.

### ABSTRACT:

The aim of this work is to analyze the correlation between internet access and the Municipal Human Development Index. Based on the lessons of biopower and biopolitics by Michel Foucault and Antonio Negri, the article discusses the adoption of control mechanisms for the action of controlling life and for the reaction of life to resume its protagonism aiming at the development of its potentialities. These concepts are focused on the current context, in which new technologies make the virtual world a new field of occurrence and development of social relations. Finally, from an observational and cross-sectional study, based on documentary and bibliographic research, and using the deductive method, a positive correlation between internet access and the increase in the Municipal Human Development Index was demonstrated.

**Keywords:** Biopower. Control mechanisms. MHDI. Social relationships. New technologies.

<sup>1</sup> Doutor em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha. Procurador da República do Ministério Público Federal em Marília e Professor permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da UNIMAR (Universidade de Marília). E-mail: jeffersondias@unimar.br

<sup>2</sup> Mestrando em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Analista Judiciário – Gestor Administrativo do Departamento de Orientação e Fiscalização – DOF-CGJ - do Tribunal de Justiça do Mato Grosso. E-mail: gilbert.luz@tjmt.jus.br

<sup>3</sup> Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias do Instituto de Biociência da UNESP de Rio Claro -SP. Professor do Mestrado Interdisciplinar em Interações Estruturais e Funcionais na Reabilitação da Universidade de Marília (UNIMAR). E-mail: efbchagas@unimar.br

## 1 INTRODUÇÃO

Em se tratando de biopolítica, pode-se dizer que vem a ser uma área da teoria política contemporânea, que problematiza a relação entre o modo de vida político e o corpo biológico dos indivíduos envolvidos. Desta forma, a biopolítica indica a maneira em que o poder se transforma, em um determinado período, com o fim de governar não somente os indivíduos, por meio de certos procedimentos disciplinares, mas o conjunto de seres vivos constituído em populações. Ademais, por meio de biopoderes locais, a biopolítica se ocupa também com a gestão da saúde, higiene, alimentação, natalidade, sexualidade, de forma a interferir nas relações humanas e sociais. Nesse sentido, importante esclarecer desde já que para Michel Foucault biopoder e biopolítica seriam termos sinônimos, sendo que a distinção entre eles teria sido realizada por Antonio Negri, ao debruçar-se sobre os estudos de Foucault.

Por outro lado, as relações sociais na sociedade atual estão sob a influência, não apenas do controle advindo da biopolítica, mas também das novas tecnologias. Com efeito, em face da necessidade de coadunar as inovações tecnológicas ao contexto social existente, há a preocupação de adequação das relações sociais ao cotidiano tecnológico, que facilita a rotina e a vida em si, dos membros de um convívio social.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar como o acesso à internet pode influenciar no desenvolvimento social, verificando como o aumento da porcentagem de cobertura da internet (área, moradores e domicílio) pode correlacionar-se com o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM geral, renda, longevidade e educação).

A análise de tal correlação se deu a partir de um estudo observacional e transversal, que se utilizou de pesquisa documental e bibliográfica e baseado no método dedutivo.

## 2 BIOPOLÍTICA – CONCEITOS, CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO E SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS

Na ciência política, o termo “biopolítica” tende a assumir dois significados concorrentes e inconciliáveis. O primeiro significado, desenvolvido por estudiosos nos Estados Unidos na década de 1970, procura usar teorias e dados das ciências da vida para alcançar uma compreensão mais completa do comportamento político. Esse tipo de pesquisa “naturalista” começa com as origens e fatores biológicos, trabalhando de dentro para fora, em um esforço para explicar as causas do comportamento político. Para esses estudiosos, a vida biológica é entendida como uma base da política. Nesse sentido, Puumala (2013).

O segundo significado (e mais predominante) entrou em vigor quando Michel Foucault rompeu radicalmente com essa tradição “naturalista”, redefinindo o termo em seus escritos e palestras na França, no final da década de 1970. Para Foucault, a vida não pode ser entendida em termos de forças ou determinantes biológicos que existem fora dos processos políticos. Em vez disso, a vida deve ser entendida como objeto e efeito de estratégias e tecnologias políticas (FOUCAULT, 1999).

Destarte, ele argumenta que a biopolítica refere-se a uma transformação e desenvolvimento histórico, a partir do século XVIII, em que o direito soberano de aproveitar, reprimir e destruir a vida é complementado por uma nova forma de poder que visa desenvolver, otimizar, ordenar e garantir vida. Além disso, Foucault costuma usar o termo biopoder para denotar essa nova forma de poder produtivo. Assim sendo, o biopoder é individualizador e coletivizador: intervém através de tecnologias disciplinares para controlar e gerenciar corpos individuais, enquanto também intervém no nível da população concebida como um corpus social ou biológico,

definido por suas próprias características e processos (por exemplo, taxas de natalidade e de mortalidade, medidas de saúde etc.).

Nesse sentido, a biopolítica denota um modo peculiar de fazer identidades coletivas (comunidades) por meio da “normalização”, isto é, lutas hegemônicas, por produzir uma compreensão de quais práticas de gestão da população, relacionadas ao corpo, devam ser consideradas, consensualmente aceitas e bem-vindas, como também o que pode ser contestado e “colocado entre colchetes” (destacado), como prejudicial para o corpo político.

Nesse sentido, a biopolítica sempre abraça uma interação entre o exterior e o interior, implicando, portanto, em traçar limites do corpo da nação. Enquanto isso, o campo da biopolítica pode gerar esforços para contestar as hierarquias de poder existentes, desafiando a norma biopolítica (como, por exemplo, a instituição do casamento como uma união entre homens e mulheres) e fornecendo alternativas a ela (casamento entre pessoas do mesmo sexo) (FOUCAULT, 1999).

Por conseguinte, os riscos analíticos de uma abordagem biopolítica são substanciais: o conceito pode nos ajudar a entender melhor as razões das ações destinadas a consolidar o poder e contestá-lo e, dessa forma, pode ser visto como uma abordagem de pesquisa para estudar estratégias de políticas com implicações práticas. Ademais, biopolítica oferece amplas oportunidades para o estudo da esfera da corporalidade humana, como um espaço semiótico que produz seus sinais, símbolos, performances, narrativas e outras formas culturais.

Nessa linha, Michel Foucault conceituou o cerne do biopoder como uma transição do direito de tirar a vida (prerrogativa do poder soberano) aos investimentos do Estado na administração da vida. Essa mudança implica em uma transferência de disciplinar o corpo individual, para disciplinar a população como um todo, por intermédio do gerenciamento da saúde, higiene, nutrição, nascimento e sexualidade. Nesse contexto, a biopolítica desenvolve os chamados mecanismos de controle, destinados a melhorar, promover e administrar a vida, que se transforma em uma questão de governo, tornando a vida não mais um assunto privado, mas uma questão de política (DUARTE, 2018).

Portanto, a biopolítica aponta para a ambição do poder moderno de administrar, regular e otimizar o corpo humano e o corpo político como um todo, racionalizando os “problemas apresentados à prática governamental pelos fenômenos característicos de um grupo de seres humanos constituídos como população: saúde, saneamento, taxa de natalidade, longevidade, raça” (FOUCAULT, 1999).

Nesse sentido, as práticas biopolíticas abrangem desde uma instrumentalização (neo) liberal do biopoder, para estimular as pessoas a cuidarem de seus corpos e investir em sua produtividade, até a regulação totalitária de vidas e mortes, por intermédio da imposição de estruturas normativas regulatórias.

Por essa forma, esse controle da vida, algumas vezes totalitário, passa a exprimir uma estratégia de poder, determinado pelo controle político que, sutilmente, impele o indivíduo ao que ele deve ou não ser, ao que deve ou não ter, ao que deve ou não fazer. Entretanto, tal controle imposto pelo Estado, encontra resistência a essa dita “dominação legal”, e que vem a sofrer discriminação e críticas, especialmente, se atrelada às facilidades propostas pelas novas tecnologias (MACHADO; DIAS; FERRER, 2018).

Assim, a biopolítica caracteriza-se por um governo que regulamenta a população, por intermédio de um poder exercido sobre todos os aspectos da vida humana, gerando uma nova tecnologia política de dominação, que se aplica aos corpos numeráveis que se constituem como problema econômico, político e social.

Desse modo, a biopolítica se instaura e “procede por massificação da multiplicidade global, sendo a arte de governar, por meio de procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (GADELHA, 2009). Para Foucault:

A biopolítica atua com um poder contínuo sobre os indivíduos, é um poder que faz viver, diferente da sociedade soberana que fazia morrer e deixava viver. A biopolítica é uma ação silenciosa do poder que cega os indivíduos fazendo-os aceitar o que lhes é imposto, ou que simplesmente inibe seu ato crítico acerca do funcionamento das coisas que o cerca e que o constitui, e esta é a principal arma dessa maquinaria, implica em um poder que não mais “faz viver e deixa morrer”, mas num poder que faz tão bem as pessoas viverem que se consegue fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo. (FOUCAULT, 1999, p. 382)

Nesse contexto, e observando o âmbito das relações sociais, Foucault interpreta a biopolítica como uma inversão do princípio da soberania: se, por meio desse princípio, o poder se exercia sobre a morte e deixava a vida correr, com a biopolítica, é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, bem como na forma de viver.

Nessa linha, em se considerando a biopolítica como “tecnologia regulamentadora da vida”, tende a visar uma espécie de homeostase social, haja vista que não se tem mais como alvo mor o indivíduo, como na tecnologia disciplinar, mas adota por primazia, a prioridade à população, em sua natureza biológica de conjunto (NALLI, 2012).

Destarte, as duas tecnologias, os dois tipos de poder identificados por Foucault, não se equivalem, porém, não se conflitam; antes coexistem e se interpenetram – ainda que de maneiras diferentes. Daí que, por intermédio delas, a vida se tornou o fim político por excelência das sociedades, a partir do século XIX: a sociedade de normalização, que se trata de uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Por essa forma, dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, ou, nesse mesmo século, incumbiu-se da vida, equivale a dizer que conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (NALLI, 2012).

Com efeito, a sociedade amadureceu, se modernizou e mudou a forma de encarar as relações e disputas de poder. Desse modo, para a sociedade atual, o biopoder/biopolítica usa de diversos outros dispositivos para impor seu poder. Nessa vertente, Foucault (1999) considera que “a política é a guerra continuada por outros meios”.

Portanto, para se compreender a biopolítica, deve-se enxergá-la não apenas como uma maneira específica de gerenciar e administrar as populações, mas principalmente como um ambiente de política competitiva, uma espécie de *playground*, para ações e reações imbricadas, contudo, destinadas a moldar uma infinidade de questões relacionadas à vida humana.

Nesse sentido, visando tornar mais clara as duas possíveis concepções dos termos biopolítica e biopoder, a partir das lições de Antonio Negri (2008), entende-se que o termo biopoder deve ser adotado como aquele exercido pelos diversos poderes sobre a vida, tentando regulá-la a fim de atender os seus interesses. O termo biopolítica, por outro lado, deve ser adotado para definir aquele exercido pela própria vida, nas situações em que ela assume o seu papel de protagonista e manifesta sua resistência em face dos poderes ou biopoderes que visam controlá-la. Nesse sentido:

Assim, deve-se abandonar o conceito de biopoder, que se caracteriza por seu caráter regulador, e adotar a biopolítica, que se destaca por sua proposta emancipadora, fazendo com que os seres humanos que compõem a população deixem de ser considerados os

meios para a obtenção dos resultados esperados e se tornem protagonistas de um processo de emancipação. [...]

Assim, se por um lado estão os biopoderes atuando sobre a vida, por outro a própria vida pode se manifestar, também por meio de mecanismos de controle, e buscar a retomada de seu protagonismo, visando a sua emancipação (SERVA; DIAS, 2016, p. 429).

Assim, dependendo de quem assumir o protagonismo na utilização dos mecanismos de controle, estaremos diante do biopoder, se este incidir sobre a vida, ou da biopolítica, caso seja essa que se utiliza dos mecanismos de controle para desenvolver-se. Estes dois conceitos, na atualidade, encontram nas novas tecnologias campo fértil para desenvolver novas possibilidades, em especial, no âmbito das relações sociais, tema que será tratado no próximo tópico.

### 3 O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Em se tratando de estabelecer um paralelo com o tópico anterior, não podemos descartar ou menosprezar a influência dos pensamentos foucaultianos na sociedade contemporânea, denotando toda a relevância do biopoder e da biopolítica numa coletividade, porém se adaptando às mudanças relacionadas aos avanços tecnológicos, que impactam nas relações sociais, influenciando, sobremaneira, na saúde e bem-estar coletivos.

Dessa forma, a incorporação de tecnologia no estudo das relações sociais será de grande valia para a compreensão de como as modalidades de comunicação influenciam ou representam uma expressão de proximidade e/ou conflito. Além disso, a tecnologia tem um potencial importante para manter as redes sociais conectadas e para fornecer possíveis intervenções relativas aos cuidados com a saúde e satisfações pessoais.

As relações sociais são um aspecto fundamental da vida humana. Isso foi defendido no início da história das ciências sociais por Cooley (1902) e Durkheim (1915), e continua a ser importante atualmente, pois os estudiosos documentam esse ponto, tanto teórica quanto empiricamente. O contexto também é importante, pois as formas pelas quais as relações sociais evoluem e influenciam o bem-estar têm variado ao longo do tempo e do espaço.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico está mudando, fundamentalmente, as maneiras pelas quais vivenciamos as relações sociais, podendo impactar na saúde e bem-estar. Nesse sentido, há a necessidade de orientar-se por uma estrutura teórica, de modo a entender a continuidade e a mudança nas relações sociais. Nesse aspecto, Bauman (1997) assevera que:

Em nossa época, a tecnologia se tornou um sistema fechado: ela postula o resto do mundo como “ambiente” – como uma fonte de alimento, de matéria-prima para tratamento tecnológico, ou como entulho para os resíduos (que se esperam recicláveis) daquele tratamento; e define suas próprias desventuras e ações falhas como efeitos de sua própria ineficiência, e os “problemas” resultantes como exigências para dar mais de si mesma: quanto mais “problemas” gera a tecnologia, tanto mais de tecnologia se precisa. (BAUMAN, 1997, p. 213)

Desse modo, como as relações sociais mudaram ao longo do tempo devido aos avanços tecnológicos que geram novas maneiras de contato interpessoal, há de se considerar os desafios enfrentados no estudo de relações sociais, com especial atenção à necessidade de avaliações teóricas e empíricas, que levem em conta as características recém-desenvolvidas na nossa sociedade. Isso inclui mudanças na demografia da família e nos padrões de migração populacional.

Com efeito, para que a sociedade se adapte às mudanças trazidas pelas novas tecnologias, uma estrutura denominada “modelo de comboio” foi desenvolvida para especificar o estudo científico das relações sociais, detalhando os fatores antecedentes que influenciam essas

relações (pessoais e situacionais), identificando as suas múltiplas dimensões e ilustrando como esses fatores influenciam a saúde e o bem-estar (ANTONUCCI; AJROUCH; MANALEL, 2017).

Assim, o modelo de comboio, utilizado nos meios relacionados à saúde, preconiza que os indivíduos se desenvolvam dentro de grupos. Em cada grupo, uma pessoa desenvolve diferentes tipos de papéis e experimenta eventos; influencia e é influenciada por outros participantes. Desse modo, há o estabelecimento de vários vínculos e de uma rede de relações familiares e de amizade. Há pessoas que são mais próximas e íntimas e pessoas mais distantes, mas o nível de proximidade com um determinado membro da rede pode variar ao longo do tempo, conforme o desenvolvimento de ciclo vital e das situações cotidianas, inclusive o tamanho da localidade na qual residem.

Por conseguinte, identificaram-se as características individuais como idade, gênero, raça e religião, denotando as características pessoais que se supõem influenciar as relações sociais. Por outro lado, as características situacionais como papéis, normas, organizações e comunidades foram identificadas como fatores externos relevantes na influência às relações sociais. Múltiplas dimensões das relações sociais foram especificadas para incluir a estrutura do comboio, apoio e satisfação ou qualidade do relacionamento.

Além disso, é importante ter em mente que tais relações sociais, atualmente, ocorrem em rede e, especialmente, por meio de mídias eletrônicas, ganhando importância nesse cenário o acesso à internet. Nesse aspecto, a estrutura refere-se às características das pessoas na rede, como tamanho, composição, frequência de contato e proximidade geográfica. Além disso, tamanho e composição são importantes, na medida em que redes maiores e mais diversas estão associadas a resultados positivos. Assim, muitas evidências de estudos realizados indicam que as pessoas gostam de passar momentos de lazer com os amigos e que esses relacionamentos estão associados ao bem-estar positivo.

Por essas considerações, a estrutura de apoio social inclui vários elementos, sendo que todos estão incluídos no modelo de comboio. Esse apoio refere-se ao fornecimento e recebimento de ajuda, afeto e afirmação. A falta de apoio social pode ter um impacto, significativamente negativo, na saúde e no bem-estar.

Já o apoio social e, em particular, a proteção contra o isolamento e a solidão são claramente importantes para a saúde e o bem-estar de pessoas de qualquer idade. Por isso, o modelo de comboio reconhece vários tipos de apoio, incluindo apoio instrumental e emocional, como principais preditores de saúde e satisfações pessoais.

No que tange à satisfação, refere-se à avaliação das relações sociais, às vezes referida como adequação ou qualidade dos relacionamentos. Desta forma, acreditou-se que a existência de um relacionamento, pressupunha qualidade e apoio positivos do relacionamento (WEISS, 2019).

Felizmente, o modelo foi projetado para incorporar o estudo de novas estruturas emergentes que possam influenciar as relações sociais. Entretanto, os avanços tecnológicos, especialmente no que diz respeito à tecnologia da comunicação e às mídias sociais, oferecem novas maneiras de permitir que as pessoas estabeleçam conexão social com familiares e amigos (CZAJA, 2017).

Em que pese a tecnologia fornecer diversos benefícios à sociedade, conforme o modelo de comboio postula, esses mesmos benefícios, provavelmente, variam de acordo com as características pessoais de cada indivíduo, influenciando-os de maneiras diversas e únicas.

Em se tratando da introdução de novas tecnologias na sociedade, nota-se que esta provocará mudanças substanciais nas relações entre os indivíduos, decorrentes das inovações tecnológicas implantadas nas atividades cotidianas, e, conseqüentemente, no convívio social. Sobre essa temática Foucault menciona:

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, mas não enquanto que eles se resumem em corpos, mas como ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios à vida, e que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (FOUCAULT, 2002, p.289)

Nesse contexto, a celeridade provocada pela inserção de novas tecnologias na sociedade, denota que essa contribuição, bem como os benefícios trazidos pela era digital, muitas vezes tornam as relações sociais interpessoais, cada vez mais “líquidas” e rasas. Além disso, os avanços tecnológicos, relacionados à comunicação, proporcionaram diversas facilidades, privilégios e prazeres, que não se imagina mais a vida com a ausência deles.

Nessa linha, as relações humanas, bem como os laços de uma sociedade, agora se dão em rede, não mais em comunidade. Dessa forma, os relacionamentos passaram a ser chamados de conexões, que podem ser feitas, desfeitas e refeitas – os indivíduos estão sempre aptos a se conectarem e desconectarem conforme sua vontade, o que faz com que tenhamos dificuldade de manter laços por longo prazo (BAUMAN, 2011).

Não obstante, a natureza da interação social mudou, à medida que os avanços tecnológicos forneceram novos métodos de relação interpessoal. Considere a evolução do contato pessoal, da escrita de cartas para o telégrafo e telefone e, mais recentemente, para formas de contato cada vez mais individualizadas e eletrônicas, como telefones celulares, chamadas de vídeo (por exemplo, Skype, WhatsApp) e mídias sociais (por exemplo, Facebook).

A pandemia de Covid-19 intensificou essa virtualização da vida, impondo não apenas o trabalho remoto (home office), mas também exigindo que muitas interações sociais passassem a se dar de forma on-line. A compra de alimentos e refeições, a realização de transações bancárias, a aquisição de bens duráveis, tudo passou a ser feito por meio de aplicativos. Até mesmo a realização de consultas médicas (telemedicina) e a inscrição para se tomar vacinas contra a Covid-19 passaram a ser feitas por meios virtuais, aumentando ainda mais a importância do acesso à internet, razão pela qual tal acesso passou a ser decisivo para a obtenção, por um lado, de maior conforto e bem-estar e, por outro, de desenvolvimento de toda a sociedade. Essa também é a opinião de Andrew Sullivan, CEO da Internet Society, em entrevista concedida a Angélica Mari e Gabriela Arbex (2021):

“Já podemos notar que aqueles que estão sem acesso à rede são duplamente prejudicados durante a pandemia, pois não possuem uma ferramenta que os permita manter contato com outras pessoas de maneira fácil e barata, principalmente quando confinados em casa”, aponta. As pessoas [digitalmente incluídas] têm oportunidades: elas podem trabalhar remotamente, comunicar-se com médicos usando videoconferência, pedir itens essenciais, vender produtos ou serviços e continuar a buscar educação”, acrescenta. “A única opção para aqueles que não têm acesso a tudo isso online é sair de casa quando não é seguro, e portanto aceitar o risco de sair ou simplesmente ficar sem estas coisas”.

Se a vida já estava se virtualizando, essa tendência acabou por se intensificar com a pandemia de Covid-19 e o acesso à internet tornou-se ainda mais imprescindível para que a vida possa manifestar o seu protagonismo e, portanto, indispensável como campo de incidência da biopolítica, visando o desenvolvimento social e a redução das desigualdades sociais.

#### 4 CORRELAÇÃO ENTRE O ACESSO À INTERNET E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDHM)

Atualmente, nota-se que a era digital, advinda das transformações digitais ocorridas na sociedade, provocou mudanças substanciais em seu modo de vida, decorrentes das inovações tecnológicas implantadas nas atividades cotidianas de cada indivíduo e, conseqüentemente, em seu convívio social.

O acréscimo de inteligência e novas dinâmicas para o uso da informação difundida entre os integrantes da sociedade possuem um novo desafio: amadurecer em um ambiente repleto dessas novas informações, de modo que se obtenha a geração de valor e conhecimento, para essa mesma sociedade (MORENO, 2013).

Entretanto, estudos realizados pela ONU mostram que as novas tecnologias, desde a inteligência artificial à edição genética, apesar de possuírem a capacidade de melhorar a vida das pessoas, podem, também, propiciar a abertura do caminho para uma maior desigualdade social. Tal estudo, realizado em 2018, afirma que as tecnologias de ponta devem ser usadas para erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico (LUSA, 2018).

Considerando a desigualdade social uma diferença entre classes sociais, levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais, ocorre que muitas pessoas ainda não têm acesso à Internet, que é crucial para que se adotem muitas novas tecnologias de fronteira, de modo a não só utilizá-las adequadamente, como permitir o aproveitamento dos benefícios dessas inovações para promover o aprimoramento da saúde, sustentabilidade ambiental e prosperidade para todos.

Não obstante, as novas profissões originadas com a inserção de inovações tecnológicas exigem pessoas com conhecimento técnico mais avançado e específico, de modo a operar máquinas dotadas de alta tecnologia, que, atualmente, constituem parte integrante do setor de produção de bens e de serviços, substituindo mão-de-obra operária (KOHN; MORAES, 2007).

Além disso, essa situação traz à tona um dos problemas mais evidentes desencadeados pelo avanço tecnológico: a denominada exclusão digital, que promove um afastamento de potenciais trabalhadores de muitos postos de trabalho, bem como outra grande parcela da população dos acessos relacionados à tecnologia e, conseqüentemente, da sociedade digital (KOHN; MORAES, 2007).

O Brasil, país que possui a maior concentração de renda do mundo, de acordo com a Pesquisa de Desigualdade Mundial – PDM, realizada em 2018, tem, aproximadamente, 30% da renda do país nas mãos de apenas 1% da população nacional. Dessa forma, o país continua tendo alta desigualdade de renda, inclusive, quando comparado a outras nações da América Latina, região onde a desigualdade é mais acentuada (NOVO, 2019).

Todavia, devido às desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, a transformação digital ainda representa um processo em fase de transição tecnológica e adaptação à implantação paulatina de suas inovações, devendo ser parte integrante da vida em sociedade, de modo que há a necessidade de priorizar a melhor forma de utilização dessas tecnologias, em benefício de toda a coletividade.

Em se tratando de tecnologia, conforme dito anteriormente, exige-se capacitação técnica e instrução adequada, para que se promova a expansão tecnológica e conseqüente utilização das ferramentas de inovação digital, ou seja, há a inserção de um novo paradigma que gira em torno do reconhecimento do acesso à tecnologia, como sendo um direito fundamental a ser disponibilizado a todos, respaldado pela liberdade de expressão, cidadania e privacidade.

Nessa linha, há uma premente necessidade de analisar dois aspectos que impactam diretamente no amadurecimento social, quais sejam: a capacidade de identificar, produzir, selecionar, adaptar, comercializar e utilizar informações; bem como a proliferação de tecnologias que vão se tornando onipresentes em todos os aspectos da dinâmica social e, evidentemente, da vida de cada cidadão (WEISS, 2019).

Dessa forma, em sendo o Direito um conjunto de regras e princípios o qual regula a vida em sociedade, e, mencionando o que assevera Kelsen (1997) sobre a sua definição como “uma ordem normativa da conduta humana, ou seja, um sistema de normas que regulam o comportamento humano”, o enlace entre direito e tecnologia é bem incipiente, devendo continuar o aprimoramento, já demonstrado na solução de conflitos relacionados à tecnologia.

Além disso, e com a utilização da tecnologia e internet para diversas atividades profissionais, governamentais e pessoais, surge a interrogação sobre até que ponto o acesso às plataformas tecnológicas e, conseqüentemente, à internet venha a ser considerado um direito fundamental para os dias atuais. O próprio aparelho estatal utiliza blogs, redes sociais e outros, como forma de comunicar-se com a sociedade, denotando o interesse em dar publicidade para as suas ações e benefícios disponibilizados à população.

Destarte, o uso das atuais inovações tecnológicas deverá ser em prol da inserção dos excluídos digitalmente, a fim de propiciar maior possibilidade de desenvolvimento de cultura digital, educação virtual e politização da população por meio de ferramentas digitais, inserindo, aqueles grupos específicos, então excluídos desse meio (SANTARÉM, 2010).

Portanto, em sendo considerado o acesso às inovações tecnológicas como um direito fundamental, este garantirá a inclusão de determinado grupo aos acessos relacionados à tecnologia e, conseqüentemente, à sociedade digital, proporcionando que seja parte integrante da vida em sociedade, de modo a priorizar a melhor forma de utilização dessas tecnologias, em benefício de toda a coletividade.

A existência de grupos de excluídos do acesso aos avanços tecnológicos poderia ser combatida com a implementação do acesso, seja por meio de considerá-lo como direito fundamental de forma a garantir condições de inclusão, seja por propiciar condições de ensino baseadas em ambientes tecnológicos. Entretanto, acompanhar todos os avanços tecnológicos é um desafio diante da velocidade da informação e da inovação, bem como devido aos problemas de ordem estrutural em várias regiões do país.

Dessa forma, a inovação requer investimentos que, muitas vezes, implicam em mudanças tecnológicas, exigindo adaptações e flexibilização do processo produtivo. Assim sendo, o acesso à Internet é uma das premissas para a inclusão de comunidades que não possuam acesso à tecnologia de ponta, para a realização, por meio de experimentos e conhecimento empírico, de determinada atividade que seja útil à coletividade.

Nesse sentido, visando avaliar a importância do acesso à Internet para a garantia de qualidade de vida das pessoas, foi realizada uma análise estatística comparativa entre os dados que indicam o grau de acesso à Internet (BRASIL, 2021), com suas variáveis (porcentagem de área coberta, percentual de moradores cobertos, percentual de domicílios cobertos e tamanho dos municípios de acordo com o número de habitantes), e o IDH-M 2010 (BRASIL, 2010), também com suas variáveis (IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Foram utilizados os dados de acesso à internet disponibilizados pela Agência Nacional de Telecomunicações no mês de junho de 2021 e os dados referentes ao IDHM de 2010, disponibilizados pelo PNUD Brasil, tendo em vista que este é o último índice disponível. As variáveis qualitativas estão descritas pela distribuição de frequência absoluta (N) e relativa (%). As variáveis quantitativas estão descritas pela média e intervalo de confiança de 95% (IC95%). A distribuição de normalidade foi analisada pelo teste de Kolmogorov Smirnov. A correlação entre as variáveis quantitativas foi analisada pelo teste não paramétrico de Spearman. O R<sup>2</sup> foi utilizado para analisar o percentual de variação da variável dependente explicado pela variação da variável independente. Para comparação de média entre grupos independentes foi realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis e as comparações par a par pelo teste Post-Hoc de Holm-Sidak. O nível de significância adotado foi de 5% e os dados foram analisados no software SPSS (versão 24.0).

Para tanto, os municípios foram divididos em 05 (cinco) diferentes classes (BRASIL, 2017), da seguinte forma: >50 mil habitantes; 25 a 50 mil habitantes; 10 a <25 mil habitantes; 3 a <10 mil habitantes; e, < 3 mil habitantes.

Na tabela 1, a análise de correlação indica que o aumento da porcentagem de cobertura de internet para área, moradores e domicílio tem relação positiva e significativa com o aumento do IDHM geral, renda, longevidade e educação. Porém ao analisar os valores de  $R^2$ , foi observado que o aumento da porcentagem de cobertura de internet por moradores e domicílios tem maior influência sobre o IDHM do que a porcentagem por área. Ainda considerando os valores de  $R^2$ , é possível observar que as porcentagens de cobertura de internet têm maior impacto sobre o IDHM educação e menor sobre o IDHM longevidade.

**Tabela 1:** Análise da correlação entre percentuais de cobertura de internet e IDHM.

	% área coberta			% moradores cobertos			% domicílios cobertos		
	r	p-valor	$R^2$	r	p-valor	$R^2$	r	p-valor	$R^2$
IDHM	0,273	<0,001*	0,075	0,388	<0,001*	0,151	0,385	<0,001*	0,148
IDHM renda	0,241	<0,001*	0,058	0,353	<0,001*	0,125	0,35	<0,001*	0,123
IDHM longevidade	0,183	<0,001*	0,033	0,266	<0,001*	0,071	0,262	<0,001*	0,069
IDHM educação	0,287	<0,001*	0,082	0,404	<0,001*	0,163	0,401	<0,001*	0,161

Nota: coeficiente de correlação de Spearman (r); \* indica correlação significativa pelo teste não paramétrico de Spearman para p-valor  $\leq 0,05$ ;  $R^2$ : percentual de variação da variável dependente (IDHM) explicado pela variação da variável independente (% cobertura).

Na tabela 2, ao analisar a correlação da porcentagem de cobertura de internet para área, moradores e domicílio com o IDHM foi observada correlação positiva e significativa para a maioria das classes de unidade populacional, com exceção dos municípios com < de 3 mil habitantes, em que foi observada correlação somente para o IDHM geral e IDHM educação. Além disto, nos municípios com < de 3 mil habitantes foi observada que a maior influência sobre o IDHM foi quando se tem um aumento da porcentagem de área de cobertura, diferente das outras classes de unidade populacional em que a maior influência sobre o IDHM ocorreu com o aumento da porcentagem de moradores e de domicílios cobertos. Nos municípios de 3 a <10 mil habitantes foi observado um aumento da influência da porcentagem de cobertura de internet sobre o IDHM em relação aos municípios com população < 3 mil habitantes, porém este foi menor do que nos municípios com população superior a 10 mil habitantes. O maior aumento da relação entre porcentagem de cobertura de internet e IDHM ocorreu nos municípios com população entre 25 e 50 mil habitantes.

Nos municípios de 10 a <25 e de 25 a 50 mil habitantes foi observado um aumento da influência da porcentagem de cobertura de internet sobre o IDHM renda, quando comparado à análise geral (tabela 2). Nos municípios acima de 3 mil habitantes a porcentagem de cobertura de internet por moradores e domicílios tiveram maior influência sobre o IDHM em relação à porcentagem de área de cobertura.

**Tabela 2:** Análise da correlação entre percentuais de cobertura de internet e IDHM por classe de unidade populacional.

Classe de unidade populacional	IDH	% área coberta			% moradores cobertos			% domicílios cobertos		
		r	p-valor	R <sup>2</sup>	r	p-valor	R <sup>2</sup>	r	p-valor	R <sup>2</sup>
< 3 mil habitantes	Geral	0,212	<0,001*	0,045	0,146	0,001*	0,021	0,148	0,001*	0,022
	Renda	0,156	<0,001*	0,024	,039	,377	0,002	,040	,361	0,002
	Longevidade	,073	,099	0,005	-,009	,830	0,000	-,008	,853	0,000
	Educação	0,222	<0,001*	0,049	0,226	<0,001*	0,051	0,226	<0,001*	0,051
3 a < 10 mil habitantes	Geral	0,192	<0,001*	0,037	0,259	<0,001*	0,067	0,256	<0,001*	0,066
	Renda	0,158	<0,001*	0,025	0,205	<0,001*	0,042	0,202	<0,001*	0,041
	Longevidade	0,103	<0,001*	0,011	0,143	<0,001*	0,020	0,139	<0,001*	0,019
	Educação	0,206	<0,001*	0,042	0,291	<0,001*	0,085	0,288	<0,001*	0,083
10 a < 25 mil habitantes	Geral	0,247	<0,001*	0,061	0,421	<0,001*	0,177	0,417	<0,001*	0,174
	Renda	0,22	<0,001*	0,048	0,416	<0,001*	0,173	0,412	<0,001*	0,170
	Longevidade	0,147	<0,001*	0,022	0,308	<0,001*	0,095	0,303	<0,001*	0,092
	Educação	0,268	<0,001*	0,072	0,414	<0,001*	0,171	0,411	<0,001*	0,169
25 a 50 mil habitantes	Geral	0,333	<0,001*	0,111	0,555	<0,001*	0,308	0,552	<0,001*	0,305
	Renda	0,329	<0,001*	0,108	0,56	<0,001*	0,314	0,558	<0,001*	0,311
	Longevidade	0,259	<0,001*	0,067	0,462	<0,001*	0,213	0,458	<0,001*	0,210
	Educação	0,322	<0,001*	0,104	0,525	<0,001*	0,276	0,522	<0,001*	0,272
> 50 mil habitantes	Geral	0,33	<0,001*	0,109	0,423	<0,001*	0,179	0,422	<0,001*	0,178
	Renda	0,281	<0,001*	0,079	0,378	<0,001*	0,143	0,377	<0,001*	0,142
	Longevidade	0,276	<0,001*	0,076	0,336	<0,001*	0,113	0,334	<0,001*	0,112
	Educação	0,346	<0,001*	0,120	0,439	<0,001*	0,193	0,438	<0,001*	0,192

Nota: coeficiente de correlação de Spearman (r); \* indica correlação significativa pelo teste não paramétrico de Spearman para p-valor ≤ 0,05; R<sup>2</sup>: percentual de variação da variável dependente (IDHM) explicado pela variação da variável independente (% cobertura).

Na tabela 3 foi observada diferença significativa entre as classes de unidade populacional para o IDHM, IDHM renda, IDHM longevidade, IDHM educação, porcentagem de área de cobertura, porcentagem de moradores coberta e porcentagem de domicílios cobertos.

**Tabela 3:** Comparação da média e intervalo de confiança de 95% (IC95%) do IDHM e % de cobertura de internet entre as classes de unidade populacional.

Variáveis	Classe de unidade populacional	N	Média	IC95%		p-valor
				Limite inferior	Limite superior	
IDHM	< 3 mil	513	0,67a	0,67	0,68	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	0,65b	0,65	0,66	
	10 a <25 mil	1763	0,64c	0,64	0,65	
	25 a 50 mil	671	0,65b	0,65	0,66	
	> 50 mil	606	0,69d	0,69	0,70	
	Total	5565	0,65	0,66	0,66	
IDHM renda	< 3 mil	513	0,65a	0,65	0,67	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	0,64b	0,64	0,64	
	10 a <25 mil	1763	0,62c	0,63	0,63	
	25 a 50 mil	671	0,64b	0,64	0,65	
	> 50 mil	606	0,67d	0,67	0,68	
	Total	5565	0,64	0,64	0,64	
IDHM longevidade	< 3 mil	513	0,81a	0,81	0,82	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	0,80b	0,80	0,80	
	10 a <25 mil	1763	0,79c	0,79	0,80	
	25 a 50 mil	671	0,80d	0,80	0,80	
	> 50 mil	606	0,81d	0,81	0,82	
	Total	5565	0,80	0,80	0,80	
IDHM educação	< 3 mil	513	0,57a	0,57	0,59	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	0,55b	0,55	0,56	
	10 a <25 mil	1763	0,54b	0,54	0,55	
	25 a 50 mil	671	0,55b	0,55	0,57	
	> 50 mil	606	0,60c	0,60	0,61	
	Total	5565	0,56	0,56	0,56	
% área coberta	< 3 mil	513	40,7a	38,5	43,0	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	31,9b	30,9	33,0	
	10 a <25 mil	1763	29,9b	28,8	31,1	
	25 a 50 mil	671	32,9b	30,9	35,0	
	> 50 mil	606	50,8c	48,3	53,5	
	Total	5565	34,3	33,6	35,0	

Variáveis	Classe de unidade populacional	N	Média	IC95%		p-valor
				Limite inferior	Limite superior	
% moradores cobertos	< 3 mil	513	68,2ab	66,1	70,4	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	66,0a	65,0	67,2	
	10 a <25 mil	1763	69,2b	68,2	70,3	
	25 a 50 mil	671	77,2c	75,8	78,7	
	> 50 mil	606	90,5d	89,4	91,7	
	Total	5565	71,3	70,7	71,9	
% domicílios cobertos	< 3 mil	513	68,7ab	66,7	70,9	<0,001*
	3 a <10 mil	2012	66,7a	65,6	67,8	
	10 a <25 mil	1763	69,9b	68,9	71,0	
	25 a 50 mil	671	77,9c	76,5	79,3	
	> 50 mil	606	90,8d	89,8	92,0	
	Total	5565	71,9	71,3	72,5	

Nota: \* indica diferença significativa entre as classes de unidade populacional pelo teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para p-valor  $\leq 0,05$ . Letras diferentes indicam diferenças significativas entre as classes de unidade populacional pelo teste Post-hoc de Holm-Sidak para p-valor  $\leq 0,05$ .

Pelos dados acima apresentados é possível concluir que, independentemente do tamanho do município, maiores percentuais de acesso à internet, seja ele de área, domicílios ou de habitantes, têm influência positiva no incremento do IDHM, em especial no caso do IDHM educação. Assim, os mecanismos de controle que atuam nas relações sociais a partir da biopolítica, tendo a vida como protagonista, na atualidade, depende profundamente do acesso à internet, pois ele é fundamental para que se tenha desenvolvimento social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das lições de Michel Foucault, complementadas pelos acréscimos trazidos por Antonio Negri, é possível afirmar que o biopoder, como forma de controle da sociedade, surgiu como estratégia extralegal para a adoção de mecanismos que pudessem controlar a vida das pessoas, de modo que essas se submetessem aos seus governantes, detentores do biopoder.

Por outro lado, nos momentos em que a vida assume (ou reassume) o seu protagonismo, atuando como resistência sobre os biopoderes que tentam apreendê-la como meio para atingir os seus fins, se está diante da biopolítica, prática emancipadora que tem como objetivo o desenvolvimento das potencialidades da vida em comunidade.

Esses dois institutos, biopoder e biopolítica, a partir dos conceitos acima mencionados, encontram nas novas tecnologias campo fértil para desenvolver os seus mecanismos de controle, seja para controlar a vida com mais eficiência, seja para que a vida possa desenvolver-se plenamente.

Isso ocorre porque, na atualidade, em especial diante das restrições de locomoção e deslocamento impostas pela pandemia, parte da vida e das relações sociais migraram para o ambiente virtual. Várias atividades do cotidiano que, no passado, eram realizadas

corriqueiramente presencialmente, hoje se desenrolam de forma on-line, fazendo com que o acesso à internet, além de ser concebido como um direito fundamental, passasse a ter lugar de destaque na possibilidade de desenvolvimento social das comunidades.

Visando comprovar essa hipótese, foi realizada uma análise estatística comparativa visando identificar eventual correção entre o desenvolvimento social medido pelo IDHM, em suas diversas concepções (geral, renda, longevidade e educação), com o índice de acesso à internet, também em seus diferentes aspectos (% área coberta, % de moradores cobertos e % de domicílios cobertos).

O resultado obtido indica que existe forte relação entre o IDHM e o acesso à internet. Nesse sentido, um maior índice de acesso à internet acaba influenciando positivamente o IDHM geral, renda, longevidade e educação, sendo que tal influência é maior quando se foca apenas na porcentagem de cobertura da internet por moradores e domicílios. Além disso, também foi possível demonstrar que, concebidos de forma separada, o maior acesso à internet tem maior impacto sobre o IDHM educação e menor impacto sobre o IDHM longevidade, demonstrando a grande importância do acesso à internet para o pleno exercício do direito de acesso à educação, a qual evidentemente aumentou em razão da pandemia de Covid-19.

Também restou demonstrado pela análise comparativa realizada que:

- a) um maior percentual de cobertura de internet para área, moradores e domicílio possui correlação positiva e significativa para os IDH dos municípios, com exceção daqueles com até 3 mil habitantes, nos quais tal correlação positiva foi observada somente para o IDHM geral e IDHM educação, não possuindo tal efeito positivo no IDHM renda e IDHM longevidade;
- b) nos municípios de até 3 mil habitantes, a maior influência se dá em razão da porcentagem da área de cobertura, diferentemente dos demais municípios, nos quais a maior influência positiva se concentra na porcentagem de moradores e domicílios cobertos;
- c) a porcentagem de cobertura da internet possui maior influência no IDHM dos municípios de acordo com a sua população, ou seja, quanto maior o município maior a influência, sendo que o ápice de tal influência se encontra nos municípios de 25 a 50 mil habitantes.

A partir dos dados apresentados, é possível concluir que, diante da importância das novas tecnologias nas relações sociais da atualidade, sendo o meio virtual um dos locais mais adequados para que a biopolítica possa desenvolver mecanismos de controle visando promover as potencialidades da vida, o maior índice de acesso à internet garante um maior índice de desenvolvimento social.

Assim, se o Poder Público ou outros centros de poder pretendem atuar na promoção de desenvolvimento social e redução das desigualdades, um dos caminhos possíveis é o incremento do acesso à internet, pois já não é possível que a vida desenvolva as suas potencialidades no mundo físico sem que se desenvolva, também, no mundo virtual.

## REFERÊNCIAS

ANTONUCCI, Toni C. AJROUCH, Kristine J. MANALEL, Jasmine A. **Social Relations and Technology: Continuity, Context, and Change**. *Innov Aging*, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5954608/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997. (Critérios Éticos)
- BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- CZAJA, Sara. J. The potential role of technology in supporting older adults. **Public Policy and Aging Report**. Data: 01 ago. 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/ppar/article/27/2/44/4056804>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- DUARTE, André. **Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI**. Rio de Janeiro: 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 26ª edição. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Introduções e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Curitiba: Martins Fontes, 1997.
- KOHN, Karen. MORAES, Cláudia Herte de. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. **XXX Congresso Brasileiro de Comunicação Social**. Santos, 2007. Disponível em: <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- LUSA. Novas tecnologias podem aumentar as desigualdades. ONU deixa aviso. **TSF Rádio notícias**. Data: 09 out. 2018. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/ciencia-e-tecnologia/novas-tecnologias-podem-ajudar-vidas-mas-aumentar-desigualdade---relatorio-onu-9971955.html>. Acesso em: 16 jun. 2021
- MACHADO, Vinicius Rocha Pinheiro; DIAS, Jefferson Aparecido; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. **Biopolítica e novas tecnologias: O discurso do ódio na Internet como mecanismo de controle social**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, ano 55, n. 220, out./dez. 2018 p. 29-51. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/515193>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- MARI, Angelica. ARBEX, Gabriela. Inclusão digital, amparo saúde, home office, locaweb. Forber. Data: 20 abr. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2020/04/a-falta-de-acesso-a-internet-aumenta-a-desigualdade-social-diz-andrew-sullivan-da-internet-society/>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- MORENO, José Carlos. **Do Analógico ao Digital**: Como a digitalização afecta a produção, distribuição e consumo de informação, conhecimento e cultura na Sociedade em Rede. Portugal, 2013.

NALLI, M. **A imanência normativa (e da morte) na análise foucaultiana da biopolítica: uma resposta a Roberto Esposito.** O Que Nos Faz Pensar. Curitiba, 2012.

NEGRI, Antonio. **La fábrica de porcelana – una nueva gramática de la política.** Madrid: Paidós, 2008.

NOVO, Benigno Núñez. Brasil, país das desigualdades. **Brasil Escola**, 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/brasil-pais-das-desigualdades.htm>. Acesso em 16 jun. 2021.

PUUMALA, Eeva. **Political Life Beyond Accommodation and Return: Rethinking Relations Between the Political, the International and the Body.** Review of International Studies. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/political-life-beyond-accommodation-and-return-rethinking-relations-between-the-political-the-international-and-the-body/375D8D64A3B11B18870DFCF0624F6C8E>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SANTARÉM, Paulo Rená da Silva. **O Direito achado na rede: A emergência do acesso à internet como Direito fundamental no Brasil.** Brasília, 2010.

SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica. **Revista Argumentum – RA**, Marília/SP, V. 17, pp. 413-433, Jan.-Dez. 2016.

WEISS, Marcos César. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. **Cidade e ambiente** - Estud. av. 33 (95). Jan-Apr 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jPn3NkF6dYx8b56V8snsnQf/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2021.